



# Companhia Energética Canoas

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025  
e relatório do auditor independente**



## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas  
Companhia Energética Canoas

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Canoas ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

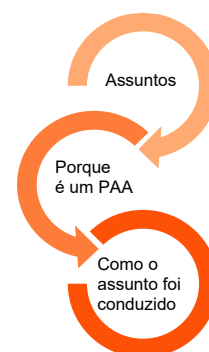
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



---

<b>Porque é um PAA</b>	<b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b>
------------------------	--

---

**Reconhecimento da receita (Nota 18)**

Conforme descrito na nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia deriva principalmente da geração e venda de energia elétrica conforme Contratos de Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") e Ambiente de Contratação Livre ("ACL"). A Companhia compromete-se a entregar um volume mínimo de energia que corresponde a totalidade da energia prevista em contrato à CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os riscos observados, e que demandaram foco em nossa auditoria, referem-se ao reconhecimento de receita no período de competência correto, bem como na utilização de premissas para estimar essas receitas, e conseqüentemente as obrigações decorrentes dos contratos, na medida em que envolve: determinar os volumes de energia entregue versus a energia contratada. A contabilização da receita envolve processos efetuados pela Companhia que suportam o seu reconhecimento e que devem endereçar, entre outros, os seguintes riscos:

(a) que a receita seja contabilizada após o atendimento dos critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento no curso normal dos negócios.

(b) que os valores da receita sejam apurados de acordo com os termos e as condições estabelecidos em contratos.

Devido aos assuntos anteriormente mencionados e a relevância dos valores envolvidos, consideramos o reconhecimento da receita na venda de energia como um principal assunto de auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria, consideraram, entre outros, o entendimento e teste dos controles relevantes do processo de reconhecimento da receita, bem como do processo de mensuração da receita decorrente dos contratos ACR e ACL. Também realizamos:

- Entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receita considerando a natureza das receitas da Companhia, aspectos contratuais, entre outros;
- Teste de transações de receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os documentos suporte;
- Procedimentos analíticos que compreendem análises da correlação de variáveis contratuais do volume de energia entregue e do preço, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; e
- Avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

Nossos procedimentos revelaram que as premissas utilizadas na mensuração da receita de energia adotadas pela Companhia são razoáveis no contexto de relevância das demonstrações financeiras.



Companhia Energética Canoas

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à

Companhia Energética Canoas

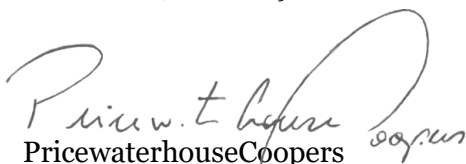
capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 27 de março de 2026



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/F-6

Carlos Alexandre Peres  
Contador CRC 1SP198156/O-7

# **Companhia Energética Canoas**

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

## **Índice**

Balanco patrimonial .....	7
Demonstração do resultado.....	8
Demonstração do resultado abrangente .....	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	10
Demonstração dos fluxos de caixa .....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	12

**Companhia Energética Canoas**  
**Balço patrimonial em 31 de dezembro**  
(Em milhares de reais)

<u>Ativo</u>	<u>Notas</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>Passivo e patrimônio líquido</u>	<u>Notas</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	8.012	13.271	Fornecedores	14	614	489
Aplicações financeiras	9	1.298	1.203	Financiamentos e debêntures	15	4.878	5.549
Contas a receber de clientes	10	2.984	2.848	Obrigações tributárias		94	93
Tributos a recuperar		45	-	Imposto de renda e contribuição social		320	272
Adiantamentos a fornecedores		201	-	Outras contas a pagar		-	52
Despesas antecipadas		258	369			<b>5.906</b>	<b>6.455</b>
Outras contas a receber	11	-	507				
		<b>12.798</b>	<b>18.198</b>	<b>Não circulante</b>			
				Financiamentos e debêntures	15	62.095	72.812
						<b>62.095</b>	<b>72.812</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
Imobilizado	12	84.701	88.258	Capital social	17	24.335	24.335
Intangível	13	1.189	1.240	Reserva de lucros	17	6.352	4.094
		<b>85.890</b>	<b>89.498</b>			<b>30.687</b>	<b>28.429</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>98.688</b>	<b>107.696</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>98.688</b>	<b>107.696</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.  
7 de 28

**Companhia Energética Canoas**  
**Demonstração do resultado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
(Em milhares de reais)

	<b>Nota</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Receita líquida de Serviços	18	25.714	24.034
Custos dos serviços prestados	19	(8.024)	(8.183)
<b>Lucro bruto</b>		<b>17.690</b>	<b>15.851</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	19	(2.856)	(3.182)
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>14.834</b>	<b>12.669</b>
Receitas financeiras	20	1.510	1.132
Despesas financeiras	20	(7.033)	(7.476)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(5.523)</b>	<b>(6.344)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>9.311</b>	<b>6.325</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	(1.311)	(1.130)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>8.000</b>	<b>5.195</b>

**Companhia Energética Canoas**  
**Demonstração do resultado abrangente**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	8.000	5.195
<b>Resultado abrangente total</b>	<b><u>8.000</u></b>	<b><u>5.195</u></b>

**Companhia Energética Canoas**  
**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
(Em milhares de reais)

	Notas	Reservas de lucros				Total
		Capital social	Reserva legal	Lucro a disposição da Assembleia	Resultados acumulados	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>24.335</b>	<b>1.292</b>	<b>681</b>	<b>-</b>	<b>26.308</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	5.195	5.195
Constituição de reserva legal	17	-	260	-	(260)	-
Lucro a disposição da Assembleia	17	-	-	4.935	(4.935)	-
Dividendos distribuídos	17	-	-	(3.074)	-	(3.074)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>24.335</b>	<b>1.552</b>	<b>2.542</b>	<b>-</b>	<b>28.429</b>
Lucro líquido do exercício					8.000	8.000
Constituição de reserva legal	17		400		(400)	-
Lucro a disposição da Assembleia	17			4.400	(4.400)	-
Dividendos distribuídos	17			(2.542)	(3.200)	(5.742)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>24.335</b>	<b>1.952</b>	<b>4.400</b>	<b>-</b>	<b>30.687</b>

**Companhia Energética Canoas**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**(Em milhares de reais)**

	Nota	2025	2024
<b>Atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		8.000	5.195
Ajustes para reconciliar o prejuízo com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	12 13	3.832	3.826
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	15	7.026	7.470
Imposto de renda e contribuição social	21	1.311	1.130
Baixa de ativo imobilizado		51	-
		<b>20.220</b>	<b>17.621</b>
<b>Aumento (redução) de ativos</b>			
Contas a receber	10	(136)	512
Impostos a recuperar		(45)	-
Despesas pagas antecipadamente		(46)	-
Adiantamento a fornecedores		(44)	-
Outras contas a receber		-	767
Outros ativos		507	(217)
<b>(Aumento) redução de passivos</b>			
Fornecedores	14	125	(17)
Outros impostos		1	5
Outros passivos		(52)	52
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	15	(5.225)	(5.919)
Imposto de renda e contribuição social pagos no exercício		(1.263)	(1.062)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>14.042</b>	<b>11.742</b>
<b>Atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizado	12	(275)	(25)
Aplicações financeiras vinculadas	9	(95)	(585)
<b>Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimentos</b>		<b>(370)</b>	<b>(610)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Dividendos pagos		(5.742)	(3.074)
Amortização de empréstimos	15	(4.189)	(4.079)
Amortização extraordinária de debêntures	15	(9.000)	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>(18.931)</b>	<b>(7.153)</b>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>		<b>(5.259)</b>	<b>3.979</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa		13.271	9.292
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa		8.012	13.271
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>		<b>(5.259)</b>	<b>3.979</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.  
11 de 28

**Companhia Energética Canoas**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro 2025**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1 Contexto operacional**

A Companhia Energética Canoas, denominada “Companhia”, com sede na cidade de Curitiba, Estado de Santa Catarina, na Estrada Geral Cabaçais, s/nº, bairro Interior, CEP 89.520-000, inscrita no CNPJ nº 10.618.009/0001-14, constituída em 6 de janeiro de 2009, tem como objetivo implantar e explorar o aproveitamento Hidrelétrico da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Ado Popinhak, localizado no Rio Canoas, cuja potência instalada é de 22,6 MW. A Companhia encontra-se em fase de operação comercial desde 22 de dezembro de 2017, com prazo de autorização da outorga da usina vigente até 17 de setembro de 2049.

**2 Base de preparação**

**Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração no dia 27 de março de 2026.

**3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

**4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e reconhecidas prospectivamente.

**Incertezas sobre premissas e estimativas**

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

- a) Perda (impairment) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.
- b) Imobilizado:** Determinação de vida útil e do valor do retorno dos ativos; e
- c) Provisão para contingências:** Probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

**Companhia Energética Canoas**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro 2025**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**d) Receita de contratos com clientes:**

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia.

A principal fonte de receita operacional da Companhia é o suprimento de energia elétrica, proveniente do aproveitamento hidrelétrico. O reconhecimento ocorre mensalmente com base nos dados de faturamento apurados pelos MW médios de energia contratada e declarados junto à CCEE.

Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos.

**5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de instrumentos financeiros derivativos, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

**6 Mudanças nas política contábeis e divulgações**

A partir de 1º.01.2025 estão vigentes as alterações de normas a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade;
- (ii) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto;
- (iii) ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial;
- (iv) OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO<sub>2</sub>e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

**a) Novas normas que ainda não entraram em vigor**

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as normas novas e/ou revisadas abaixo:

- (i) CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (a partir de 1º.01.2026);
- (ii) IFRS 18/CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (a partir de 1º.01.2027);
- (iii) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (a partir de 1º.01.2027);
- (iv) Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11 (a partir de 1º.01.2026);
- (v) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

Em relação as novas normas e procedimentos contábeis não houveram impactos materiais nas políticas do Grupo nos exercícios de 2025 e de 2024.

## **Companhia Energética Canoas**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

#### **Exercício findo em 31 de dezembro 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### **b) Reforma Tributária sobre o consumo**

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (IS) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP nº 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP no 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC no 214/2025.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da Companhia.

## **7 Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### **a) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

#### **b) Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de realização duvidosa. A provisão para créditos de realização duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos, de acordo com as condições originais das contas a receber.

#### **c) Imobilizado**

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição, menos o valor da depreciação e de qualquer provisão para perda por valor não recuperável de ativo acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis, necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos.

**Companhia Energética Canoas**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro 2025**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todos os outros ativos imobilizados são reconhecidos ao custo histórico, menos a depreciação.

A Companhia inclui, no valor contábil de um item do imobilizado, o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcione aumento dos benefícios econômicos futuros, sendo baixado o valor contábil das peças substituídas. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, tendo como referência o valor do custo menos o valor residual e a vida útil remanescente, com exceção de terrenos que não são depreciados. As estimativas de vidas úteis estão demonstradas conforme segue:

<b>Classe</b>	<b>Taxa de depreciação (*)</b>
Edificações	3,17% a 4,00%
Reservatórios e barragens	3,17%
Máquinas e equipamentos	3,17% a 20,00%
Móveis e utensílios	6,25% a 16,67%

(\*) Para definição da taxa de depreciação a ser utilizada, a Companhia utiliza a menor vida útil entre o período da autorização (35 anos) que é proporcional a uma taxa de 3,17%, a partir do início da operação

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

**d) Intangível**

**(i) Serviço de passagem - linha de transmissão**

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos pela Companhia relativos à exploração de recursos, são capitalizados e mensurados pelo custo de aquisição.

**(ii) Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros, incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

**(iii) Amortização**

Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estão disponíveis para uso.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

**Companhia Energética Canoas**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro 2025**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**e) Perda estimada no valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)**

Todo final de período a Companhia avalia se existem evidências objetivas de que os ativos não financeiros estejam desvalorizados, levando em conta fatores internos e externos. Caso existam evidências, o teste de recuperabilidade econômica é realizado. Ativos intangíveis com vida útil indefinida e, como também os não disponíveis para uso, são testados anualmente, sempre na mesma data, independentemente da existência de evidências. Para os outros ativos é avaliada a existência de indicadores que demonstrem que o valor esteja desvalorizado, caso positivo, o teste é realizado. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Nas situações nas quais o valor recuperável se mostrar inferior ao contábil, é reconhecida uma perda com contrapartida no resultado do exercício.

**f) Ativos financeiros**

**(i) Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes.

**(ii) Reconhecimento e desreconhecimento**

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

**(iii) Mensuração**

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

**(iv) Compensação**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial, quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e, no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

**Companhia Energética Canoas**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro 2025**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(v) Impairment**

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada, conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

**g) Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, tendo como referência o método de taxa de juros efetiva.

**h) Financiamentos e debêntures**

Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva, ao longo do prazo dos financiamentos de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são registrados em despesas financeiras.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

**i) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos, que devem ser necessários para liquidar a obrigação, por meio de aplicação de uma taxa de desconto acrescida dos efeitos de impostos sobre o lucro, que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é contabilizado como despesa financeira.

**j) Capital social**

As ações são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

**k) Receita de contrato com cliente**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança e (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

**Companhia Energética Canoas**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro 2025**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A receita de vendas inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador, conforme as bases contratadas, ocorre em bases mensais.

A energia gerada até o encerramento das demonstrações financeiras, porém não faturadas, são avaliadas e quantificados pela Administração, sendo reconhecidas pela contabilidade na data de encerramento das demonstrações financeiras.

As receitas, em geral, são reconhecidas no período em que a energia é gerada. Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas e custos, elas são revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e serão refletidas no resultado no período em que a Administração toma conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

**l) Receitas e despesas financeiras**

A receita e despesa financeira são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

**m) Imposto de renda e contribuição social**

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia foi calculada pelo regime de apuração “Lucro presumido”.

A base de cálculo para o imposto de renda é determinada mediante a aplicação do percentual de 8% sobre a receita bruta auferida no período e sobre a base de cálculo incide a alíquota de 15% e a alíquota adicional de 10% sobre o excedente da base de cálculo ao valor resultante da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do respectivo período de apuração, enquanto a base para a contribuição social é determinada mediante a aplicação do percentual de 12% sobre a receita bruta auferida no período. Sobre a base de cálculo incide a alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência.

**(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber, estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal, pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço e os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**8 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Caixa e bancos conta movimento	1.517	25
Aplicações financeiras	6.495	13.246
	<b>8.012</b>	<b>13.271</b>

**Companhia Energética Canoas**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro 2025**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e referem-se a operações compromissadas, sendo a remuneração média de 97% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

**9 Aplicações financeiras**

<b>Instituição financeira</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Aplicações financeiras	1.298	1.203
	<b>1.298</b>	<b>1.203</b>

As aplicações financeiras foram fornecidas como garantia em operações de financiamentos, de forma que não estão disponíveis para resgate imediato.

**10 Contas a receber de clientes**

<b>Cliente</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Contratos regulados (i)	2.984	2.848
	<b>2.984</b>	<b>2.848</b>

- (i) A Companhia possui contratos no âmbito do mercado regulado, no montante de 10,40 MW médios, ao valor atualizado de R\$ 252,91/MWh, conforme 18º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para suprimento até 2048, com valor atualizado anualmente pelo IPCA.

**11 Outras contas a receber**

Valor referente ao montante aportado à título de contragarantia em favor da entidade PAC Ativos Ltda. (antigo Banco Pottencial), para emissão da apólice de seguro de fiel cumprimento da ANEEL, durante a construção da PCH Ado Popinhak. Com a liquidação do Banco Pottencial e a fim de assegurar a devolução da contragarantia, foram firmados três contratos de mútuo com a entidade PAC Ativos Ltda., dos quais um foi recebido integralmente o montante de R\$ 641, inclusive com juros de 100% do CDI, em fevereiro de 2018, permanecendo um débito de R\$ 898 relativo aos outros dois contratos.

Posteriormente, considerando o não pagamento dos contratos de mútuo, as Partes firmaram uma Confissão de Dívida, em 02 de agosto de 2018, na qual a PAC Ativos e a Mecominas Mecanização e Empreendimentos Ltda., na qualidade de devedora solidária, assumiram o compromisso de pagar à Companhia o valor total de R\$ 1.402, que deveria ter sido pago até 16 de novembro de 2018, acrescidos pela variação de 100% do CDI, calculados a partir de 02 de maio de 2018.

Como não houve o pagamento da Confissão de Dívida, em janeiro de 2019 a Companhia ingressou com uma Ação de Execução em face dos devedores, autuada sob o n. 0001742-75.2019.8.16.0001, em trâmite perante a 23ª Vara Cível da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná. Em 24 de abril de 2023, foi firmado acordo da dívida, sendo que no exercício de 2025 foi liquidado totalmente o valor com o recebido no montante de R\$ 507 (R\$ 767 em 2024).

**Companhia Energética Canoas**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro 2025**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**12 Imobilizado**

	<b>Terrenos</b>	<b>Reservatórios e barragens</b>	<b>Edificações</b>	<b>Máquinas e equipamentos</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>						
Custo total	1.389	44.615	7.658	60.908	153	120.632
Depreciação acumulada	-	(10.025)	(1.800)	(14.546)	(94)	(32.374)
<b>Valor residual</b>	<b>1.389</b>	<b>34.590</b>	<b>5.858</b>	<b>46.362</b>	<b>59</b>	<b>88.258</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>						
Custo total	1.338	44.615	7.658	61.183	153	114.947
Depreciação acumulada	-	(11.457)	(2.057)	(16.631)	(101)	(30.246)
<b>Valor residual</b>	<b>1.338</b>	<b>33.158</b>	<b>5.601</b>	<b>44.552</b>	<b>52</b>	<b>84.701</b>
<b>Movimentação</b>						
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.364</b>	<b>36.022</b>	<b>6.115</b>	<b>48.442</b>	<b>66</b>	<b>92.009</b>
Aquisições	25	-	-	-	-	25
Depreciação	-	(1.432)	(257)	(2.080)	(7)	(3.776)
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.389</b>	<b>34.590</b>	<b>5.858</b>	<b>46.362</b>	<b>59</b>	<b>88.258</b>
Aquisições	-	-	-	275	-	275
Baixas	(51)	-	-	-	-	(51)
Depreciação	-	(1.432)	(257)	(2.085)	(7)	(3.781)
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.338</b>	<b>33.158</b>	<b>5.601</b>	<b>44.552</b>	<b>52</b>	<b>84.701</b>

A Companhia não possui nenhum ativo imobilizado cedido em garantia de operações financeiras.

Durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a administração da Companhia realizou avaliação quanto a existência de indicadores de que seu ativo imobilizado poderia estar registrado por valor acima do seu valor recuperável e, com base nesta avaliação, não foi identificada necessidade da constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos em questão.

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 – Ativo Imobilizado, sendo que a Companhia não foi identificada a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas no exercício anterior.

**Companhia Energética Canoas**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro 2025**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**13 Intangível**

	<b>Serviço de passagem - linha de transmissão</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>		
Custo total	1.505	1.505
Amortização acumulada	(265)	(265)
<b>Valor residual</b>	<b>1.240</b>	<b>1.240</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>		
Custo total	1.505	1.505
Amortização acumulada	(316)	(316)
<b>Valor residual</b>	<b>1.189</b>	<b>1.189</b>
<b>Movimentação</b>		
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.290</b>	<b>1.290</b>
Amortização	(50)	(50)
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.240</b>	<b>1.240</b>
Amortização	(51)	(51)
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.189</b>	<b>1.189</b>

**14 Fornecedores**

<b>Fornecedores</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Obras civis	414	414
Manutenção e operação	200	75
	<b>614</b>	<b>489</b>

O prazo médio de pagamento é de 10 dias úteis, após a recepção dos documentos (sem alterações em relação ao ano anterior). A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

**15 Financiamentos e Debêntures**

<b>Modalidade</b>	<b>Taxa média de juros (a.a)</b>	<b>Vencimento final</b>		
			<b>2025</b>	<b>2024</b>
BNDES Finem (i)	TJLP + 2,07%	jun-38	54.243	55.307
Debêntures (ii)	IPCA + 6,96%	jan-31	12.730	23.054
			<b>66.973</b>	<b>78.361</b>
Circulante			4.878	5.549
Não circulante			62.095	72.812
<b>Total</b>			<b>66.973</b>	<b>78.361</b>

- (i) Em 28 de maio de 2018, foi firmado o contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que concedeu um crédito de R\$ 66.400, destinado à implantação da PCH ADO Popinhak, o qual foi liberado em duas parcelas. As amortizações e os juros estão sendo cobrados mensalmente desde a data de 15 de agosto de 2018 e o principal da dívida deverá ser pago em 239 (duzentos e trinta e nove) parcelas, sendo a última 15 de junho de 2038.
- (ii) Em 08 de fevereiro de 2019, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária, a captação de recursos mediante a realização da emissão de até 2.175 (duas mil, cento e setenta e cinco) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 10 cada, no valor total de até R\$ 21.750 na data de sua emissão ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), que serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários no 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta") e que contarão com o incentivo previsto no artigo 20 da Lei no 12.431, de 24 de junho de 2011

**Companhia Energética Canoas**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro 2025**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

conforme alterada ("Lei 12.431 "). A emissão ocorreu em 15 de fevereiro de 2019, com prazo de vencimento em 15 de janeiro de 2031.

Os financiamentos e debêntures possuem o seguinte cronograma de vencimento, em 31 de dezembro:

Ano de vencimento	2025	2024
2026	-	7.545
2027	5.001	7.545
2028	5.230	7.545
2029 em diante	51.864	50.177
Saldo do passivo de empréstimos não circulante	<b>62.095</b>	<b>72.812</b>

A movimentação dos financiamentos e debêntures é a seguinte:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>80.889</b>
Encargos	7.470
Amortização - principal	(4.079)
Pagamento - encargos	(5.919)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>78.361</b>
Encargos	7.026
Amortização – período 12 meses	(4.189)
Amortização - amortização extraordinária (i)	(9.000)
Pagamento - encargos	(5.225)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>66.973</b>

- (i) Conforme assembleia geral de debenturistas da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, realizada no dia 02 de maio de 2025. Nos termos do artigo 174, §3º da Lei 6.404/76 e das disposições presentes na Escritura de Emissão de Debêntures, de 14 de fevereiro de 2019, arquivada na JUCESC em 15/03/2019, sob o n. ED003638000, protocolo 197037321, de 27/02/2019, os Debenturistas examinaram, discutiram e aprovaram, por unanimidade de votos, que a emissora realize a amortização extraordinária das debêntures no valor de R\$9.000 (nove milhões de reais), bem como que a Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, realize todos os atos e documentos necessários à implementação da amortização ora aprovada, sem quaisquer ressalvas.

O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas (“covenants”), determinando alguns compromissos assumidos pela Companhia, os quais podem ou não acarretar vencimento antecipado, tais como:

- Manter o ICSD - Índice de Cobertura do Seguro da Dívida igual ou superior a 1,20 durante toda a vigência do contrato após a amortização de 12 meses do principal do contrato; e
- Manter o ICP - Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 20% durante toda a vigência do contrato.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia está atendendo todos os covenants exigidos pelos contratos de financiamento.

## 16 Contingências

A Companhia não mantém processos judiciais como polo passivo, com risco de perda possível ou provável. Desta forma a administração entende não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas.

## 17 Patrimônio líquido

- a) Capital social

**Companhia Energética Canoas**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro 2025**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 24.335 (R\$ 24.335 em dezembro de 2024), composto por 133.062 (133.062 em dezembro de 2024) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes 100% à acionista Magma Energia S.A.

b) Reserva de lucros

- ii) Reserva legal: é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até atingir 20% do capital social.
- iii) Lucros a disposição da assembleia: é composto por retenção de lucros, após constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios, previstos em Estatuto.

c) Dividendos

A diretoria da Companhia poderá declarar dividendos de 25% do lucro líquido apurado no período como mínimo obrigatório, bem como, declarar dividendos intercalares com base nos lucros apurados em balanços patrimoniais semestrais, bimestrais ou mensais ou ainda os lucros intermediários existentes na conta de reserva de lucros do último balanço anual, “ad referendum” da assembleia geral. A assembleia geral poderá declarar o pagamento de dividendo inferior ao mínimo obrigatório, ou determinar a retenção de todo o lucro, caso necessário.

No exercício social de 2025, foi constituído o valor de R\$ 1.900 (R\$ 1.513 em 2024) a título de dividendos mínimos obrigatórios de pagamentos aos acionistas durante o ano-calendário de 2025.

Em 2025, foram aprovados, em reunião da diretoria, os pagamentos de dividendos no valor total de R\$ 5.742, sendo R\$ 2.542 do saldo remanescente da conta de reserva de lucros de anos anteriores, R\$ 1.900 referentes à constituição de dividendos mínimos obrigatórios do ano corrente e R\$ 1.300 do saldo da conta de reserva de lucros do ano corrente.

**18 Receitas**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Fornecimento de energia</b>		
Ambiente regulado	23.041	22.040
Ambiente livre	3.566	2.630
Liquidação curto prazo	81	275
	<b>26.688</b>	<b>24.945</b>
Pis	(173)	(162)
Cofins	(801)	(749)
<b>Total da receita líquida operacional</b>	<b>25.714</b>	<b>24.034</b>

**Companhia Energética Canoas**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro 2025**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**19 Despesas por natureza**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b><u>Custo de geração de energia elétrica</u></b>		
Encargos e distribuição	(630)	(883)
Operação e manutenção	(936)	(923)
Serviços de comunicação	(24)	(27)
Meio ambiente	(166)	(173)
Depreciação e amortização	(3.832)	(3.826)
Liquidação mercado de curto prazo	(541)	(537)
Custo de repactuação	(1.786)	(1.709)
Taxas ANEEL/CCEE	(109)	(105)
	<b><u>(8.024)</u></b>	<b><u>(8.183)</u></b>
<b><u>Gerais e administrativas</u></b>		
Serviços profissionais	(1.846)	(1.429)
Uso e consumo	(43)	(63)
Manutenções gerais	(400)	(1.026)
Seguros	(474)	(449)
Legais e judiciais	(6)	(9)
Impostos e taxas	(2)	(4)
Despesas de viagem	(53)	(51)
Outras despesas	(32)	(151)
	<b><u>(2.856)</u></b>	<b><u>(3.182)</u></b>

**20 Resultado financeiro**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros e multas recebidos	428	69
Rendimentos de aplicações financeiras	1.082	1.063
	<b><u>1.510</u></b>	<b><u>1.132</u></b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Despesas bancárias	(7)	(6)
Juros sobre financiamentos e debêntures	(7.026)	(7.470)
	<b><u>(7.033)</u></b>	<b><u>(7.476)</u></b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b><u><u>(5.523)</u></u></b>	<b><u><u>(6.344)</u></u></b>

**Companhia Energética Canoas**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro 2025**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**21 Imposto de renda e contribuição social corrente**

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Fornecimento de energia	26.688	24.945
Presunção de 8% para imposto de renda	2.135	1.996
(-) Ajuste da base de cálculo	(94)	(93)
Outras receitas	1.510	1.132
<b>Base para imposto de renda</b>	<b>3.551</b>	<b>3.035</b>
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Imposto de renda	(887)	(759)
Presunção de 12% para contribuição social	3.203	2.993
Outras receitas	1.510	1.132
<b>Base para a contribuição social</b>	<b>4.713</b>	<b>4.125</b>
Alíquota da contribuição social	9%	9%
Contribuição social	(424)	(371)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(1.311)</b>	<b>(1.130)</b>

**22 Seguros (Não auditado)**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2025, os valores dos riscos segurados vigentes são: (a) R\$ 495.111 referente ao risco operacional e; (b) R\$ 10.000 referente ao risco de responsabilidade civil.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

**23 Instrumentos Financeiros**

**a) Classificação contábil e valores justos**

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	<b>Nível</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Ativos financeiros</b>			
<b>Ao custo amortizado</b>			
Caixa e equivalentes de caixa		8.012	13.271
Contas a receber de clientes		2.984	2.848
Outras contas a receber		-	507
<b>Ao valor justo por meio do resultado</b>			
Aplicações financeiras	<b>1</b>	1.298	1.203
		<b>12.294</b>	<b>17.829</b>

**Passivos financeiros**

**Ao custo amortizado**

**Companhia Energética Canoas**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro 2025**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fornecedores	614	489
Empréstimos e financiamentos	66.973	78.361
	<b>67.587</b>	<b>78.850</b>

A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, para os instrumentos financeiros que abrangem principalmente financiamentos e debêntures, caixa e equivalentes de caixa e contas a receber e para o grupo de “Passivo financeiro ao custo Amortizado”, que abrange principalmente, fornecedores, financiamentos e debêntures, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do CPC 40 para estes casos a divulgações de valor justo não são exigidas.

### **Gerenciamento dos riscos financeiros**

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez e estrutura de capital;
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, quais são os objetivos, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, bem como o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

### **Estrutura do gerenciamento de risco**

A Companhia possui e segue a política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de

**Companhia Energética Canoas**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro 2025**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

***Risco de crédito***

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes da Companhia, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito.

A Companhia busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' e outros investimentos com mercado ativo, em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros. A Companhia monitora, também, o nível esperado de entradas de caixa proveniente do 'Contas a receber de clientes e outros recebíveis', em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à 'Fornecedores e outras contas a pagar'.

***Risco de liquidez***

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' e outros investimentos com mercado ativo, em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros. A Companhia monitora, também, o nível esperado de entradas de caixa proveniente do 'Contas a receber de clientes e outros recebíveis' em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à 'Fornecedores e outras contas a pagar'.

***Risco de mercado***

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros ou, ainda, como os preços dos produtos comercializados e serviços prestados ou produzidos pela Companhia dos demais insumos utilizados no processo de produção, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

**b) Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que a controladora tem de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos,

**Companhia Energética Canoas**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro 2025**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras entidades do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da divisão com o patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Total de empréstimos	66.973	78.361
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(8.012)	(13.271)
<b>Dívida líquida</b>	<b>58.961</b>	<b>65.090</b>
Total do patrimônio líquido	30.687	28.429
<b>Total do capital</b>	<b>89.648</b>	<b>93.519</b>
<b>Índice de alavancagem financeira - %</b>	<b>66%</b>	<b>70%</b>

**24 Partes Relacionadas**

**a) Administração da Companhia:**

A Companhia é administrada por uma diretoria formada por 3(três) membros não acionistas residentes no país. No exercício encerrado de 2025, não ocorreram despesas com esses administradores, visto que eles são remunerados diretamente pelas empresas investidoras.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista no Brasil.

**b) Transações com Partes Relacionadas:**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Serviços profissionais (nota 19)	1.206	648
<b>Operações no Resultado</b>	<b>1.206</b>	<b>648</b>

Saldo referente a centro serviços compartilhados rateado entre as empresas do Grupo. O saldo é composto por R\$ 952 Ritmo Comercializadora e R\$ 254 Pianura Participações S.A.

**25 Eventos subsequentes**

Não ocorreram eventos subsequentes ao exercício findo que requeressem ajuste ou divulgação nas demonstrações financeiras ou notas explicativas.

\* \* \*